



Anais da Assembléia

N° 16

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARAES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 08:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 10:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 02:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO - 02:** Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 13.ª SESSÃO ORDINÁRIA - ESPECIAL
REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1994**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Djalma de Almeida César.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Artur Ritti, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, Dalton Machuca, Emilia Belinati, Ernani Pudell, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Nelson Justus, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (12). Em licença o Senhor Deputado Colombino Grassano (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O E S P E C I A L.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 367

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido Democrático Trabalhista nesta Assembléia Legislativa: Deputados Emilia Belinati, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Namir Piacentini, Paulo Maia, Valdir Rossoni e Valderi Vilela, neste ato representados pelo seu líder, Deputado Paulo Maia, vêm, respeitosamente, manifestar voto de protesto quanto

a votação da denúncia oferecida por Magistrados paranaenses contra o Governador do Estado, Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, pela prática de crimes de responsabilidade.

I. No resumo, a posição da bancada concentra-se no desrespeito ao ordenamento legal imposto para a espécie sub exame, já que tratando-se de denúncia tendente ao "impeachment" do Senhor Governador, regras outras deveriam ser adotadas e não estas apresentadas ao Plenário.

II. Abstraindo-se análises de mérito, sabe-se que as denúncias deduzidas seriam, em tese, eficazes ao desencadeamento do processo de impedimento daquela autoridade, desde que adotados os regramentos processuais adequados já no primeiro momento.

III. Infelizmente, ao reverso disso, o que se constata é que, por razões inconfessas, a condução de tão séria questão, com reflexos na estrutura política do Estado, acabou merecendo conduta menor, de todo censurável, optando-se por balizamentos inadequados e ineficientes ao fim originalmente proposto.

IV. O Partido Democrático Trabalhista nunca aceitou e jamais aceitará incorporar-se a posturas fisiológicas, como que encorpando cortina de fumaça, de forma a não enfrentar, como se deva, o problema na sua essência, tal e como provocado na origem.

V. Desta forma, muito mais que o protesto, consigna-se o repúdio da bancada à maneira pela qual tão sério problema foi conduzido, inviabilizando-se a discussão de mérito, de resto extremamente comprometedor à figura do Senhor Governador.

Por não compactuarmos com a condução deste processo, não participaremos da votação.

VI. Esperamos que o senso de justiça prevaleça em outras oportunidades, que as leis sejam atendidas, principalmente por quem as edita e que os melhores exemplos partam de quem deva dá-los.

Só assim seremos dignos de nossos mandatos.

Sala das Sessões, em 10.03.94.

(a) PAULO MAIA

Líder da Bancada do PDT

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Lê)
(Fotocópia em anexo)

ROTEIRO DE SESSÃO ESPECIAL

Senhor Presidente:

Esta Presidência esclarece ao Plenário que, na denúncia oferecida por senhores Juizes de Direito, contra o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Roberto Requião, por prática de crime de responsabilidade, a Mesa Diretora

da Assembléia Legislativa considerou correto o procedimento desta Presidência que encaminhou o expediente à manifestação da Comissão de Constituição e Justiça, para apreciação de seu aspecto jurídico e opinar se a denúncia preencha condições de ser objeto de deliberação.

Acolhendo o Parecer, a Mesa Diretora manifestou-se pelo arquivamento da denúncia, decisão que esta Presidência submete à discussão e votação do Plenário, que adotará, onde couber, dispositivos da Lei Federal n° 1.079, de 10 de abril de 1950, reguladora da matéria, conforme determina o Art. 235 do Regimento Interno, observado o seguinte roteiro:

- 1) Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão;
- 2) Durante a discussão cada Partido terá uma hora para seus representantes, no máximo de cinco se manifestarem sobre o arquivamento, ou não, da denúncia;
- 3) Os apartes concedidos pelos oradores não poderão exceder a três minutos;
- 4) Encerrada a discussão, o Parecer pelo arquivamento da denúncia será submetido à votação, só podendo ser rejeitado por maioria absoluta, representada por vinte e oito votos contrários à sua aprovação; (Art. 77 - Lei n° 1.079).
- 5) A votação será nominal. Os Senhores Deputados que votarem pelo arquivamento da denúncia responderão "sim" e os que votarem contra responderão "não";
- 6) Aprovado o Parecer, a denúncia será arquivada.

Solicito ao Deputado Aníbal Khury, nosso 1° Secretário, que faça a leitura do inteiro teor, do parecer da Mesa Diretora para conhecimento de todos os Deputados presentes.

SR. 1° SECRETÁRIO (Aníbal Khury) -
Relatório Protocolado sob n° 9322/92.
(Lê).
(Fotocópia em anexo).

MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO (PROTOCOLADO N° 9322/92)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao receber denúncia oferecida por juízes de Direitos estaduais, contra o Exmo. Senhor Governador do Estado, preliminarmente, encaminhou o expediente à Comissão de Constituição e Justiça, para manifestação sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, em obediência à disposição do parágrafo 2° do art. 33 do Regimento Interno.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça designou relator, Deputado Oswaldo Trevisan, para apreciação do aspecto jurídico da denúncia.

O Senhor Deputado relator, em minuciosa manifestação, juridicamente concluiu pela improcedência, por falta de tipicidade delituosa e falta de provas mais concretas.

Em, discussão o relatório, manifestaram-se, em contrário, verbalmente, o Senhor Deputado Ernani Pudell e, por escrito, os Senhores Deputados Colombino Grassano e Dalton Machuca.

Concluindo o voto do relator pelo arquivamento da denúncia, o Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, esclareceu a incompetência da Comissão para arquivar matéria sob sua apreciação.

Diante do esclarecimento, o Senhor Deputado Mário Bezerra sugeriu a substituição, no Relatório, da expressão "pelo arquivamento" por "encaminhamento à Comissão Executiva, para providências legais", sugestão acatada, com alteração procedida pelo relator, de próprio punho.

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado.

Compareceram e votaram na 29ª (vigésima nona) Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça realizada em 23 de novembro de 1993, os seguintes Senhores Deputados: Erondy Silvério, Presidente, Nelson Garcia, Oswaldo Trevisan, relator, Alceu Swarowski, Toti Colaço, Nilton Barbosa, Mário Bezerra, José Arthur Ritti, Colombino Grassano, Paulo Maia, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Antônio Costenaro Neto, João Iensen e Djalma de Almeida César.

PARECER

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa considera estritamente legal e regimental o encaminhamento da denúncia à Comissão de Constituição e Justiça, para, dentro de sua competência, manifestar-se sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (§ 2° do art. 33 do Regimento Interno).

O aspecto jurídico da denúncia, indubitavelmente, inclui apreciação sobre criteriosa caracterização dos delitos que imputa, cabendo ao relator designado manifestação a respeito, sendo ela contrária à procedência da denúncia. O Relatório foi aprovado por Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

A Mesa Diretora com respaldo na Lei n° 1079, de 10 de abril de 1950, considera correto o procedimento adotado, pois no processo e julgamento do Presidente da República, e Ministros, a enumerada Lei impõe a criação de Comissão Especial (art. 19). O mesmo proceder é determinado no processo e julgamento do Procurador Geral da Justiça (art. 44). Na sua parte Quarta,

Título Único, Capítulo I, tratando dos delitos de responsabilidade dos Governadores e Secretários de Estado, a lei não impõe a criação de Comissão Especial (art. 77).

A redação do artigo 77, claramente dispensa criação de Comissão Especial "Apresentada a denúncia e julgada objeto de deliberação, se a Assembléia, por maioria absoluta, decretar a procedência da acusação,..." , nada dispondo em contrário a Constituição Estadual e o Regimento Interno deste Poder Legislativo.

CONCLUSÃO

Dispensada a criação da Comissão Especial, a Mesa Diretora considera legal e regimental o encaminhamento da denúncia à Comissão de Constituição e Justiça, a qual, dentro de suas atribuições e competência estabelecidas pelo § 2º do artigo 33, do Regimento Interno, emitiu Parecer, aprovando o Relatório, e encaminhou o procedimento para as providências cabíveis.

Tendo a Comissão de Constituição e Justiça concluído pela improcedência da denúncia, a conclusão é acolhida pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, que resolve Submeter ao Plenário pedido de arquivamento da denúncia por não ter sido julgada objeto de deliberação, por falta de tipicidade delituosa e de provas concretas. Retorne à Comissão Executiva, para os devidos fins.

Curitiba, 25.02.94

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
HERMAS EURIDES BRANDÃO -
1º Vice-Presidente

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO - 2º Vice-Presidente
ANIBAL KHURY - 1º Secretário
DIRCEU MANFRINATO - 2º Secretário
BASÍLIO ZANUSSO - 3º Secretário
CEZAR AUGUSTO SILVESTRI - 4º Secretário

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ao Plenário que colocará em seguida em discussão a matéria, e consulta as lideranças partidárias se irão proceder ao encaminhamento da votação conforme já anunciamos.

O SR. NILTON BARBOSA - A Bancada do PP, Partido Progressista não fará uso do seu horário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) -
PTB - (Declina).
PFL - (Declina).
PL, PDT, PSDB e PMDB.

O SR. RENATO ADUR - O PMDB sim.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa coloca em discussão a matéria e concede a palavra ao Deputado Ovídio

Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

O nosso pronunciamento a respeito da matéria em discussão vai se dar da seguinte forma: o nosso partido tem interpretação de que a Mesa conduziu erroneamente o processo interno na Assembléia. O nosso voto se deu, através do representante no nosso partido na comissão de Constituição e Justiça, contrário, ao parecer, não pelo seu mérito, mas entendo que a tramitação encaminhada pela Mesa da Casa se deu de forma ilegal, errada.

No nosso entendimento o encaminhamento foi anti-regimental e ilegítimo como foi apreciado neste Poder Legislativo.

O oferecimento da denúncia contra o Governador do Paraná, Roberto Requião, para que seja processado por crime de responsabilidade nos termos da Constituição Estadual se deu de forma ilegal. Forma esta sujeita à denúncia ora analisada com a imputação do delito supracitado.

Em nosso entendimento, esta Casa votando o parecer da forma como tramitou estaremos dando oportunidade aos impetrantes do pedido de "impeachment" a recorrer desta decisão a órgãos superiores ou de competência superiores ao desta Casa.

Sem entrar no mérito da questão, por hora queremos deixar claro que a nossa posição, por conseguinte, o nosso voto é pelo procedimento legal, regimental e constitucional ante a denúncia em exame.

Desta forma, preliminarmente, o caso deve ser apreciado por uma comissão temporária, que é a comissão especial na forma do artigo 34, inciso 1º do nosso Regimento Interno, para decidir sobre o recebimento ou não da denúncia formulada em seus aspectos formais e também em seus aspectos materiais.

Este entendimento nosso é reforçado por lei federal que regulamenta as regras sobre cassação de governador do Estado conforme dispõem os 19, 20 e 77 e inciso 3º do artigo 78 da Lei nº 1079/50.

Matéria também disciplinada no mesmo sentido pelas Constituições Federal e Estadual.

Logo, nunca poderia, como foi, pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

O processo nesta Assembléia começou errado, na nossa interpretação legal, desde o seu início.

Discordamos da posição oficial da Mesa e entendemos que esse vício de origem não pode macular uma decisão tão importante desta Casa e como já disse sujeita, portanto, a ser revista pelo mesmo Poder que se coloca parcialmente pelo "impeachment" do Governador, que é o Poder Judiciário.

Logo a Comissão Especial deve exarar seu parecer e após isto levar ao Plenário desta Assembléia Legislativa para sua apreciação.

Este foi também o voto do nosso membro da Comissão de Justiça, Deputado Ernani Pudell, quando além dos motivos aqui citados, entendeu argüir de que o relator estaria impedido de ser designado relator por ser vice-líder do Governador que estava em processo de cassação e da mesma forma, na seqüência por não caber àquela comissão apurar sobre a admissibilidade ou não do processo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso voto se dará nesta Sessão com base no que acabei de relatar, no entanto quero dizer o seguinte.

Em partes queremos concordar com alguns adjetivos ou nomenclaturas ditas pelos Magistrados do Paraná, em seu processo a respeito do Governador Roberto Requião, no mérito, na seqüência farei o pronunciamento da posição da nossa bancada, mas quando se diz que o Governador do Paraná se arroga de um poder absoluto, se arroga de um onipotente, devemos concordar com isto.

Governador Roberto Requião em certas atitudes suas, no decorrer do seu mandato de Governador tem desrespeitado a sociedade paranaense concordamos, quando não respeitou leis como a data base dos servidores, quando pela sua arrogância onipotente não aceita diálogos com setores da sociedade, com setores dos servidores públicos, quando tratou da questão do Poder Judiciário, no meu ponto de vista e da nossa bancada com desdém e com um certo desrespeito, queremos concordar com ele no mérito de mexer neste Poder intocável, que é o Poder Judiciário neste País e que nem por isso este Poder é onipotente e absoluto, portanto entendemos que normas deverão ser regradas neste País, para de alguma forma o Poder Judiciário não ser também um Deus onipotente, um Senhor absoluto das verdades, mas havemos que concordar com a postura arrogante, autoritária, onipotente que em certos momentos se arrega o Governador Roberto Requião em seu mandato de Governador do Estado do Paraná.

Neste ponto de vista temos as nossas divergências políticas, as nossas críticas, as nossas discordâncias e também a nossa oposição àquilo que entendemos errado nas posturas do Governo do Estado do Paraná. Como temos aqui defendido o Governador do Estado nos momentos em que entendemos merecer a defesa e o respeito.

Portanto, as duas posições estão colocadas, quanto a postura do Governador do Estado do Paraná e quanto ao encaminhamento da Mesa, o procedimento da Mesa quanto ao encaminhamento desta questão. Entende-

mos não ser este o correto encaminhamento e por isso não concordamos que esse Plenário examine a matéria desta forma como foi encaminhado.

Quero falar quanto ao mérito da questão. O Poder Judiciário em suas alusões no processo tem criticado o Governador pelo desejo que ele tem, que se manifestou em ressucitar o famigerado órgão do controle externo da magistratura. É de se dizer que hoje, em função do que acontece no nosso País, esta idéia ressurgue na sociedade brasileira de que haverá, de alguma forma, haver, não sei se é este o termo, não sei que tipo de conselho, não sei ainda, não tenho a formulação de que órgão seria este, mas há que se pensar os srs. revisionistas da nossa constituição de que algo tem que ser feito para que também o Poder Judiciário esteja, de alguma forma, tenha a transparência para a população, e não seja o sr. onipotente de todas as verdades, porque o mesmo é composto de seres humanos sujeitos, sem dúvida nenhuma, a mudanças de pensamentos, a interpretações diversas que as leis podem me sugerir.

Quando se fala, quer discutir, principalmente a parte em que os magistrados discutem a questão dos despejos, para o qual o Governador não cede a Polícia Militar para fazer os despejos, ele assim desobedece o Poder Judiciário não cumprindo a ordem de liberar a Polícia Militar para realizar os despejos, ou cumprir os mandatos de reintegração de posse no Estado do Paraná. Para isso quero dizer de que há sem dúvida nenhuma, de minha parte, por fatos que vi com meus olhos, e que vi e assisti no Estado do Paraná interpretações dúbias, ou decisões diferenciadas de membros do Poder Judiciário e que merecem análise profunda.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando os Srs. Magistrados reclamam de que o Governador desobedece a lei, gostaria de relatar alguns fatos para dizer que tem outras razões também para que os magistrados, os juízes do Poder Judiciário reclamem dos Poderes do nosso País. A nossa constituição diz que o direito a propriedade é um direito líquido e certo; a constituição também diz, quer dizer e por isso os Magistrados reclamam de que o Governador deve ceder a Polícia para fazer o despejo e a reintegração de posse, porque é um direito do proprietário, um direito constitucional. No entanto, também acho que os magistrados deverão ter, e até sugiro, a mesma posição, exigir dos Governos e dos Poderes Constituídos que cumpram também em outros aspectos. A nossa constituição também diz que um trabalhador deve ter um salário digno, justo, com condições de lhe satisfazer as necessidades da sua família. Isto não se cumpre em nosso País.

A Constituição também diz que todo o cidadão tem direito a assistência à saúde e morre gente em todos os cantos do País e também os Poderes constituídos não tomam providências. A Constituição também diz que todo o cidadão deve ter um teto para morar. Milhões de brasileiros não têm um teto e a lei não obriga a que os Poderes constituídos façam eles terem.

Portanto, há outras razões também e por isso não me justifica destituir o Governador do Estado por descumprimento desta lei quando entendo que seria necessário destituir o Governador do Estado, os Governadores de outros Estados e também os Governantes nacionais porque não cumprem a lei e a Constituição.

Um outro fato que quero relatar aos Srs. Deputados é o seguinte: quando houve uma ocupação de uma área produtiva no norte do nosso Estado e neste confronto houve a morte de um trabalhador sem terra. Dirigindo-me ao local e na conversa que tive com o Magistrado da cidade tive acesso ao processo e aquele Magistrado requeria e nomeava uma junta de peritos baseado no artigo 184 e 185 da Constituição para investigar se a referida área estava realmente cumprindo a sua função social, segundo a Constituição e só após esta perícia feita na fazenda e isto demorou quatro ou cinco dias, e após o pronunciamento dos peritos é que aquele Magistrado no nosso ponto de vista corretamente, decidiu sobre a questão, quando aí então ele decidiu que haveria de ser feita a reintegração de posse porque a área estava cumprindo a função social, o que não ocorre na maioria dos casos neste Estado, quando sabemos de que na calada da madrugada proprietários de áreas improdutivas recebem, conseguem ser recebidos por juizes em algumas Comarcas e ali mesmo conseguem a liminar de reintegração de posse, de madrugada, sem nenhuma análise.

Portanto, não se pode concordar com este tipo de atitude que aí, no meu ponto de vista, pecam os senhores magistrados quando não fazem - como entendi - corretamente, como a Constituição exigia, o que fez esse magistrado de uma cidade do Norte do Paraná quando lá estive naquele conflito.

Gostaria de fazer aqui neste campo do pedido de cassação em função dos despejos, de aproveitar dizer e relatar aqui a este Plenário a posição de uma autoridade respeitada, a nível nacional, por ser ex-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e por ser Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por isso entendo de grande respeitabilidade esta posição desse magistrado, quando ele diz o seguinte: "Parte do pressuposto da existência em nosso ordenamento jurídico

do direito da propriedade".

Queria chamar a atenção para o último parágrafo que o Desembargador Regis Fernandes de Oliveira, ex-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, portanto, autoridade de renome nacional, declara a respeito do que podemos dizer do que os juizes pedem, o "impeachment" do governador, por não deixar a polícia despejar lavradores das suas terras.

Diz ele, para encerrar no seguinte parágrafo e na seguinte frase:

"Este Poder sofre cerceamento em sua originária conceituação - e ele está falando do Poder Judiciário - de vez que se prenderá fatos novos e que não podem ser solucionados com molduras antigas. O quadro passou a ser maior do que a moldura. A solução deve ser procurada com a posição de outra moldura e nunca se possa cortar o quadro".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesta argumentação, com estas declarações de um ex-Presidente da Associação dos Magistrados, com a sua fundamentação jurídica e constitucional no embasamento da questão dos despejos de lavradores das suas terras e das liminares concedidas pelo Poder Judiciário, baseadas em retrógradas leis, em códigos com mais de 70 anos de elaboração em nosso País, quando a realidade do País era totalmente adversa do que agora, me dá e dá à nossa Bancada o argumento para dizer que somos, quanto ao mérito, totalmente contrários ao "impeachment" do Governador do Estado, por este motivo alegado pelos magistrados no seu pedido de cassação em função do desrespeito a lei, porque a lei obrigava o Governador a ceder a Polícia Militar para retirar de áreas que estão há cinco anos, seis, oito anos ocupando, produzindo e jogá-los nas favelas, se somar aos 32 milhões de famintos e pedintes que hoje perambulam pelas cidades do nosso Estado.

Gostaria que este procedimento e esta posição deste renomado magistrado e desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo fosse, para este caso específico do descumprimento da lei alegado pelos Senhores Juizes, do Governador, na questão da terra, fosse o convencimento para que isto não nos dê a condição de votar a favor do impeachment a todos os Senhores Deputados, a não votar em favor do "impeachment" por esta razão.

Discordamos, também, de alguns outros pontos que já mencionei ontem quando outras desobediências da lei por diversas autoridades, por diversos provavelmente Governadores de Estado e pelo Presidente da República e por ministros, deveriam ser

decretados os seus "impeachments" por não estarem respeitando a Constituição, e aí eu repito aquilo que falei que é a questão da moradia, do direito a um salário digno, do direito à cidadania que o brasileiro tem e que a nossa Constituição lhe dá esse direito.

Portanto, é inoportuno entender que é só o Governador Roberto Requião que deve ser cassado por descumprir a lei. Outros tantos processos de "impeachment" deveriam estar tramitando talvez nesta Assembléia, em várias Assembléias dos Estados, e a nível federal se a magistratura entendesse dessa forma, também o conjunto dos descumprimentos de leis neste país.

No entanto, Senhor Presidente, se esse Plenário, neste momento vai votar o arquivamento ou não do processo, ou o acatamento do processo ou não, legalmente a nossa bancada está obrigada a votar na posição de que esse Plenário rejeite esse parecer. Que rejeite esse parecer e que remeta esse processo na devida forma legal que entendemos, que o nosso Regimento e a Constituição nos dá o embasamento legal para esse voto, o nosso voto será de que esse Plenário rejeite o acatamento deste parecer e que remeta este processo, designe à Comissão Especial para dar acatamento ou não, para dar o parecer ou não, e aí, então, o processo vindo legalmente tramitado para esse Plenário, o argumento que dei até agora nos dá a certeza que esse Plenário rejeitará o acatamento do processo de impeachment e de forma nenhuma esta Assembléia nem sequer votará o "impeachment" do Governador, porque é um parecer vindo, transitado ilegalmente com a Proposição de arquivamento do processo o nosso voto será totalmente favorável, porque quanto ao mérito, a argumentação que levantei até agora nos dá total e absoluta certeza de que não cabe, pelas razões evocadas aqui pelo Poder Judiciário, não haverá razões para que esta Assembléia declare o "impeachment" do Governador Roberto Requião.

Quero deixar clara a nossa posição, pode até ser mal interpretada, mas quero dizer que discordamos da posição dos magistrados, não acatamos o processo de "impeachment" pelas razões citadas e discordamos das suas posições e das suas argumentações pelo que já citei anteriormente.

Temos discordâncias políticas e concordamos com as reclamações do Poder Judiciário, porque o Governador, em certos momentos, abusa da sua autoridade, trata com desdém as situações do nosso Estado, mas isto não é o mérito da questão que aqui está.

Discordamos também do encaminhamento que a Mesa deste Poder Legislativo deu ao caso.

Este é o nosso encaminhamento, Senhor

Presidente. Que este Plenário rejeite este parecer. Que a Mesa encaminhe o procedimento legal da Comissão Especial e o parecer da Comissão Especial venha a este Plenário e ele rejeite, então aí, o "impeachment" se posicionando pelo arquivamento do processo, mas para que não deixemos lacunas para que os impetrantes desse processo possam recorrer e possam se posicionar de que esta Assembléia não agiu corretamente.

Não podemos nos submeter, o Poder Legislativo não poderá levar, trazer problemas sérios, inclusive de credibilidade a este Poder. Aí então, eu terei a certeza de que a Assembléia Legislativa não acatará esse pedido de "impeachment" e rejeitará, posicionando pelo seu arquivamento.

Portanto, a nossa posição é esta. Não é contrária ao Governador Requião. O nosso posicionamento deixou bem claro que o processo tramitando legalmente o voto do Partido dos Trabalhadores é pela rejeição desse processo, mas que hoje o nosso voto é contrário ao parecer para que ele volte a tramitar segundo a nossa interpretação jurídica da forma legal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência concede a palavra agora ao Partido Democrático Trabalhista, que tem como inscrito o Deputado Paulo Maia de Oliveira.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, deixarei, em nome da Bancada, documento à Mesa Executiva da Casa, após leitura, registrando a posição da nossa Bancada em relação ao referido processo de "impeachment" do Senhor Governador. (Lê):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido Democrático Trabalhista nesta Assembléia Legislativa: Deputados Emilia Belinati, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Namir Piacentini, Paulo Maia, Valdir Rossoni e Valderi Vilela, neste ato representados pelo seu Líder, Deputado Paulo Maia, vêm, respeitosamente, manifestar voto de protesto quanto a votação da denúncia oferecida por Magistrados Paranaenses contra o Governador do Estado, Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, pela prática de crimes de responsabilidade.

I - No resumo, a posição da Bancada concentra-se no desrespeito ao ordenamento legal imposto para a espécie sub exame, já que tratando-se de denúncia tendente ao "impeachment" do Sr. Governador, regras outras deveriam ser adotadas e não estas apresentadas ao Plenário.

II - Abstraindo-se análises de mérito, sabe-se que as denúncias deduzidas

seriam, em tese, eficazes ao desencadeamento do processo de impedimento daquela autoridade, desde que adotados os regramentos processuais adequados já no primeiro momento.

III - Infelizmente, ao reverso disso, o que se constata é que, por razões inconfessas, a condução de tão séria questão, com reflexos na estrutura política do Estado, acabou merecendo conduta menor, de toda censurável, optando-se por balizamentos inadequados e ineficientes ao fim originalmente proposto.

IV - O Partido Democrático Trabalhista nunca aceitou e jamais aceitará incorporar-se a posturas fisiológicas, como que encorpando cortina de fumaça, de forma a não enfrentar, como se deva, o problema na sua essência, tal e como provocado na origem.

V - Desta forma, muito mais que o protesto, consigna-se o repúdio da Bancada à maneira pela qual tão sério problema foi conduzido, inviabilizando-se à discussão de mérito, de resto extremamente comprometedor à figura do Senhor Governador. Por não compactuarmos com a condução deste processo, não participaremos da votação.

VI - Esperamos que o senso de justiça prevaleça em outras oportunidades, que as leis sejam atendidas, principalmente por quem as edita e que os melhores exemplos partam de quem deva dá-los.

Só assim seremos dignos de nossos mandatos.

Sala das Sessões, em 10.03.94

(a) PAULO MAIA"

Passaremos neste momento a entrega e a formalização deste documento à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. Presidente (Orlando Pessuti) - Bancada do PMDB.

Com a palavra Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, fala em nome da nossa Bancada o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente, Deputados componentes da Mesa, Srs. Deputados, imprensa, demais convidados que comparecem à Assembléia na tarde de hoje em que esta Casa vive mais um de seus dias bastante significativos, trazendo à apreciação dos Srs. Deputados matéria da mais alta relevância para o Estado do Paraná.

Venho a esta Tribuna na condição de relator da C.C.J. que exarou Parecer à denúncia formulada por alguns Srs. Magistra-

dos contra o Exmo. Sr. Governador Roberto Requião.

Aqui venho, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para apoiar o ato da Mesa, que acolheu o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela inadmissibilidade da denúncia, e opinou também pelo arquivamento do processo. E é isto que a Mesa submete a apreciação dos Srs. Deputados, o arquivamento da denúncia formulada pelos Magistrados.

Farei rapidamente uma resposta ao Deputado Paulo Maia, uma resposta ao Deputado Ovídio Constantino, e ao final um resumo do meu parecer.

Quero dizer aos Srs. Deputados que procurarei ser o mais breve possível. Vem o nobre Deputado Paulo Maia, e a falta de argumentos convincentes, venha nos chamar a todos de fisiológicos. Quero dizer ao nobre Deputado Paulo Maia que nesta Casa não há fisiológicos, mas sim homens que pensam com a razão, homens que representam o povo do Paraná como um todo, e agiram com a razão e dentro da lei.

Entenda o nobre Deputado Paulo Maia que a melhor resposta que se deve dar às suas acusações ao Governador do Estado são as milhares e milhares de casas populares que estão aí a preços que o trabalhador do Paraná possa pagar, é o grande serviço de água, esgoto e saneamento que está sendo feito neste Estado, e o grande serviço de recuperação e de readequação da nossa malha rodoviária, é a duplicação de rodovias que competiriam até ao Governo Federal, mas estão sendo feitas com recursos do Governo do Paraná, é o "Programa Panela Cheia", é o "Programa Bom Emprego"; enfim, é a FERROESTE, é a Ponte do Rio Guaíra, e uma grande quantidade de obras que enaltecem o Governo Requião, e enobrecem o povo do Paraná.

Quanto as alegações do nobre Deputado Ovídio Constantino. Quero dizer Sr. Presidente e Srs. Deputados...

O Sr. Erondy Silvério - V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Não quero interromper V. Exa., mas precisava que V. Exa. me concedesse um aparte porque nós da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro declinamos de usar a Tribuna, mas não esperávamos que o nobre Deputado Paulo Maia faltasse com a ética Parlamentar acusando aqueles que não pensam como ele, que não seguem a linha política dele de fisiológicos; ele é um fisiológico do outro lado, ele faltou com a ética Parlamentar e fugiu, não ficou no Plenário para ouvir a resposta de V. Exa.

Quando V. Exa. diz que o Governador que construiu milhares de casas a preços reduzidos, com prestações suportáveis pela

gente do campo, o Governador que leva água tratada a 95% dos Municípios que recupera a agricultura, que faz programa de bom emprego, que faz programa de equivalência, que cuida do sistema de segurança, principalmente na Grande Curitiba, onde com o "Projeto Povo", ele tem dado proteção à população até agora desguarnecida, quando um homem disse, que deve ser defendido, como V. Exa. o está fazendo. Porque hoje os homens que são honestos, honestidade é obrigação, mas vivemos num País de ladrões, onde quase todos os homens públicos, sem exceção, roubam o dinheiro do povo brasileiro.

Quando se encontra um administrador honesto como Roberto Requião não podemos permitir que se tente cassar o seu mandato, sequer arranhar o seu mandato, porque seria um desrespeito ao homem público que tem conduzido os negócios do Estado com probidade, com eficiência, com honestidade e até com amor.

Veja V. Exa. que ele está assumindo funções do Governo Federal, a rodovia da morte, a rodovia que leva a vida de milhares de patrícios a cada ano, está sendo duplicada com dinheiro do Estado, porque o Governo Federal não tem dinheiro, porque os ladrões do Orçamento e etc., etc. levaram todo o dinheiro do povo brasileiro. E ponte sobre o Rio Guaíra, FERROESTE, enfim, é um elenco de medidas que não vamos aqui enumerar.

Mas, repudiamos veementemente quando chamam aqueles homens de bem, que tem consciência, que sabem o que votam nesta Casa, de fisiológicos.

Foi uma atitude infeliz do Deputado Paulo Maia e mais infeliz ainda porque ele foi covarde; disse isto e retirou-se do Plenário para não ouvir a réplica.

Muito obrigado ao aparte que V. Exa. me concedeu.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Muito obrigado a

V. Exa., nobre Deputado Erondy Silvério, que com o seu conhecimento, a sua vivência política, V. Exa. é daqueles Deputados que honram e dignificam o mandato em nome do povo do Paraná.

Prossigo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, respondendo rapidamente agora ao nobre Deputado Ovídio Constantino.

Trouxe ele daquela tribuna o seu pronunciamento dizendo que no mérito ele é contrário ao "impeachment" do Governador Roberto Requião, que no mérito ele opina pelo não recebimento da denúncia, mas faz formulações de caráter processual, faz questionamentos preliminares.

Quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, notadamente aqueles Deputados que advogam e que devem conhecer alguns princípios de Direito: nós temos a Constitui-

ção que é a nossa Lei Magna, temos os códigos, temos as leis complementares que exigem quórum específico para sua votação, temos as leis ordinárias que exigem quórum simples e temos alguns disciplinamentos jurídicos como por exemplo o Código de Processo Civil e no ramo do Direito temos o Direito Público, o Direito Privado temos certos ramos do Direito que são Direito de Ordem Pública outro de ordem privada. E o Código de Processo Civil, é norma de ordem pública, é norma de ordem geral, de ordem pública.

Mas há também um princípio de Direito que, isto em muitas audiências que eu fiz eu vi os juízes dizerem, os Srs. Deputados já devem ter ouvido dizer, que não se leva em conta as preliminares quando se trata de decidir o mérito a favor de quem as alega.

Ora, se o nobre Deputado Ovídio Constantino vem aqui e diz que no mérito ele é contrário ao "impeachment" do Governador Roberto Requião, não há que se levar em conta as suas preliminares, ainda que fossem procedentes. No entanto em assim não é.

As preliminares levantadas pelo nobre Deputado Ovídio Constantino também não são procedentes, porque ele traz daquela tribuna um sofisma. Quem entende um pouco de lógica também sabe o que é sofisma. Sofisma é um argumento falacioso que se traz.

Então ele traz a tribuna, lá atrás, nos artigos 14, 18, da Lei 1079, mas não traz, ele passou de raspão pelo artigo 77, só mencionou rapidamente, mas esqueceu de dizer que aqui é que está enfocado todo o processo.

Há que esclarecer aos Srs. Deputados que o processo para o "impeachment" do Presidente da República, dos Ministros de Estado é um. Está disciplinado lá atrás no artigo 14, 18 ou 16.

Porém, estamos tratando de processo contra o Governador de Estado e esse vem disciplinado em outro artigo que vamos ver agora. É o artigo 77 que está aqui no capítulo 2 da parte 4.^a do título 3º, do título único da parte 4.^a que diz o seguinte: "Da denúncia, acusação e julgamento dos Governadores e Secretários de Estados".

Então vejamos o que diz o art. 77: "Apresentada a denúncia e julgado o objeto de deliberação, se a Assembléia Legislativa - por maioria absoluta - decretar a procedência da acusação". Então é isso que estamos fazendo agora. Foi para a C.C.J. para examinar e tudo o mais, o processo e veio agora, aqui, para deliberarmos. Que é o que vamos fazer. Então essa questão é disciplinada pelo art. 77.

Digo mais, andou bem o Governador quando não permitiu que se fizessem despe-

jos de terras com violência sem um julgamento final, transitado e julgado das decisões. Porque o Governador se valeu e tem se valido na atual Constituição Federal deste País que é de 1988, e ela estabelece, claramente, que a propriedade hoje tem que ter uma função social. Não se há que se levar mais em conta o Código Civil: anacrônico, arcaico, obsoleto e ultrapassado. De 1916 é tempo em que não se conhecia a figura das invasões de terra e nem se falava em reforma agrária.

Portanto, andou bem o Governador quando observou a Constituição Federal da República, superior e hierarquicamente ao Código Civil, é um diploma legal, moderno, que está em consonância com a vida e os conflitos atuais da sociedade brasileira.

Passo agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para uma rápida análise uma referência ao meu parecer aprovado pela C.C.J.. Fiz um parecer de 30 laudas, 30 folhas ou 60 páginas e a exemplo, com o que aprendi na minha vida de advogado, e em forma de contestação porque tivemos que analisar a questão, procurei analisar item por item da denúncia formulada pelos Srs. Magistrados.

Fui atrás de documentos, procurei um julgado de cada um dos processos. Anexei ao meu parecer. E procurei elencar, uma a uma das denúncias formuladas pelos Srs. Magistrados. E entre elas a primeira, que dizia que o Governador tinha o propósito de desmoralização do Poder Judiciário do Paraná. Mostramos e examinamos os recortes que os Srs. Magistrados juntaram e mostramos que todos os pronunciamentos feitos pelo Sr. Governador do Estado Roberto Requião, e que alguns dos Srs. Magistrados entendiam como propósito de desmoralização daquele Poder, nada mais eram do que o objetivo de fortalecer o Poder Judiciário do Paraná e levá-lo cada vez mais ao respeito do nosso povo e ao respeito do País.

Mostramos aqui, no nosso parecer, essas condições.

Também alegavam os Srs. Magistrados que quando o Governador baixou o decreto 643/91, teria ele desrespeitado o Poder Judiciário, pois que terá dado ordens para o não fornecimento de forças policiais para as desocupações rurais. Ao contrário desse, anexamos o decreto aqui no nosso parecer e mostramos alguns trechos dele e em duas linhas, vou mostrar aos Srs. Ao invés de desrespeitar o Poder Judiciário, pelo contrário, o Governador chamava a todos para o acatamento das decisões do Judiciário.

E vejam o que diz o decreto. O decreto, ao contrário de determinar o não cumprimento de decisão judicial, regulamente internamente a administração pública, a

forma de fazer, quer dizer, a forma de cumprir a decisão judicial. E diz assim, logo no artigo 1º, o decreto: "Tendo em vista a necessidade de regulamentar o procedimento administrativo - e observem agora, Srs. Deputados - para cumprimento de requisições judiciais de força policial". Ora, onde está aqui o desrespeito? o Governador baixa um decreto para regulamentar o cumprimento de decisões judiciais. Mostramos portanto, que não houve nenhum desrespeito do Sr. Governador para com os Srs. Magistrados.

Também os Srs. Magistrados alegam que houve atentado contra o cumprimento de decisões judiciais, de reintegração de posse. Mostramos uma por uma. Examinamos o caso da Comarca de Campo Mourão, examinamos o caso da Comarca de Curitiba, examinamos o caso da Comarca de Araucária e mostramos ali o engano da carta precatória havida. Examinamos o pedido de Quedas do Iguaçu, a reintegração de posse da própria Universidade de Curitiba e em todas elas demonstramos que não houve em nenhum momento sequer, desrespeito por parte do Sr. Governador ao nosso Poder Judiciário.

Mais adiante, alegam atentado contra o cumprimento de outras decisões, das quais também mostramos que no programa "Conversa Franca" com o Governador, houve também um pedido de intervenção formulado pela Comarca de Curitiba, e em nenhum momento também, houve por parte do Sr. Governador, desrespeito.

Dizem também: "Atentado contra o exercício dos direitos individuais". Mostramos que em nenhum momento, houve, por parte do Governador, esse atentado.

"Atentado contra o Código de Processo Civil", "Atentado contra o livre exercício do Poder Judiciário", "Atentado contra a probidade administrativa". Ora meu Deus do Céu! De tudo pode-se falar até o Governador Roberto Requião, que ele pode ser irônico, irascível, irreverente, mas "atentado contra a probidade administrativa", isso foi a coisa mais fácil que tive para demonstrar e para contestar.

Mas, analisada uma por uma das questões formuladas na denúncia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, resta-nos agora formular uma questão para concluirmos o nosso pronunciamento. Pronunciamento que vêm a esta Casa pedir que todos nós Deputados votemos na tarde de hoje maciçamente, favoravelmente ao Parecer da Mesa que opina pelo arquivamento desta denúncia, isso com as seguintes considerações gerais que agora vou ler rapidinho. (Lê):

"Os juízes denunciantes, nas palavras finais de sua petição, lembram que o impeachment é um julgamento político que visa despojar o Governante de um poder que lhe foi conferido pelo povo. Exatamente

por isso, o julgamento se dá na Casa Política do Estado e não em sede jurídica. O que devem os julgadores políticos observar é a vontade do povo que elegeu o governante. Que nível de repúdio existe, que enfrentamento está havendo entre Governante e governados. Esta é a análise em que reside o bom juízo político. Os Parlamentares têm que ter esta sensibilidade, porque o que está em jogo é a coisa pública no sentido mais amplo que possa ter esta palavra, é o Estado enquanto sociedade organizada.

No Paraná, hoje, seria total falta de sensibilidade política decidir pelo "impeachment" do Governador Requião, só porque ele pretende resolver nossos problemas rurais de forma pacífica, ainda que mais lenta.

Se alguns dos fatos relatados no petição dos juízes fere direito individual ou mesmo interesse difuso da sociedade, o sistema jurídico brasileiro prevê as formas de sua reparação e a elas devem recorrer os juízes ofendidos ou os proprietários lesados ou o cidadão inconformado com algum ato praticado pelo Governador.

Coisa muito diferente, porém, é querer transformar estes fatos em crime de responsabilidade em grau máximo, quebrando a ordem do mandato eletivo. É, sem dúvida, um exagero apenas compreensivo pela conjuntura em que vive o Brasil.

O "impeachment" deve ser utilizado com extrema cautela, porque sendo um dos mais importantes instrumentos da democracia, quando calibrado pela vontade soberana do povo, pode, se mal usado pelos representantes, causar malefícios profundos à sociedade, comparável à violência do golpe de Estado, porque arranca a legitimidade do voto.

O ato extremo do "impeachment" somente deve ser utilizado quando o povo está convencido e consciente de que é o único caminho para apaziguar a Nação e recolocar a ordem pública em caminhos compatíveis com a governabilidade. Exatamente por isto, a Constituição Federal deu outras vias judiciais para solução destes conflitos, como o mandado de segurança, mandado de injunção e a intervenção federal, entre outros.

Por todas as razões expostas, e porque o momento é de avaliação, pela Comissão de Constituição e Justiça, da admissibilidade ou não da denúncia formulada pelos magistrados signatários, e tendo ficado comprovado que não há sequer indícios de que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná tenha cometido crime de responsabilidade que ensejasse o processamento nos moldes de "impeachment", nosso parecer é no sentido de que a denúncia não deve ser admitida por esta Comissão de Constituição e Justiça e, em consequência, deve

ser determinado o seu arquivamento por esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrada a discussão da matéria, iremos, de imediato, colocá-la em votação.

Antes, porém, a Mesa abre espaço para o Deputado Anibal Khury, ex-Presidente da Assembléia Legislativa e que determinou o encaminhamento na época à Comissão de Constituição e Justiça para que, em Explicações Pessoais, esclareça o seu posicionamento e o seu voto.

O SR. ANIBAL KHURY - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Faço uso da palavra para, em Explicações Pessoais, esclarecer aos nobres Pares que a denúncia dos Senhores Juízes de Direito foi por mim recebida, quando Presidente desta Casa.

Dentro do entendimento pessoal de que o Poder Legislativo não deve servir de instrumento para explorações políticas, usando da prudência e serenidade que a experiência parlamentar me proporcionou, analisando as disposições legais concernentes ao procedimento a ser adotado, constatei a inexistência de qualquer dispositivo que modificasse o procedimento normal, consubstanciado no encaminhamento do expediente à Comissão de Constituição e Justiça, o que determinei, diante da sua competência, prevista no artigo 33, 2º do Regimento Interno.

Tendo atribuições definidas, a Comissão de Constituição e Justiça instruiu devidamente o expediente que lhe foi remetido, tendo o relator designado, Deputado Oswaldo Trevisan, apresentado fundamentada consideração jurídica, conclusiva pela falta de provas para tipificar delito de responsabilidade, relatório aprovado por parecer da Comissão de Constituição e Justiça e acolhido pela Mesa diretora.

Respeito entendimento em contrário ao procedimento que, como Presidente adotei, mas estou convicto de ter sido aquele procedimento o correto, regimental e estritamente legal, por proporcionar elementos para o Plenário decidir, com pleno conhecimento de causa.

Ao ser submetido à apreciação do Plenário, o parecer referendado pela Mesa diretora, no sentido de falta de objeto de deliberação da denúncia, com proposição de arquivamento, estou antecipadamente convencido de que os nobres Pares, ao votarem pelo arquivamento, estarão comungando também do entendimento que adotei, quando Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Feitas as explicações pessoais pelo Deputado Anibal Khury, registramos a presença

neste Plenário da Vereadora de Cascavel Leonilda Quadros Rizzo que muito nos honra com sua presença.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, uma informação da Mesa.

O Parecer sendo rejeitado, que procedimento será feito para votação?

O parecer sendo aprovado, automaticamente estará arquivado o processo?

Na posição do parecer ser rejeitado, qual o procedimento que a Mesa vai adotar?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Senhor Deputado Ovídio Constantino e demais Deputados.

A Mesa já, de certa forma, esclareceu isso anteriormente, mas reforça mais uma vez qual o entendimento da Mesa.

O processo chegou a esta Casa, foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça que opinou pelo não-recebimento da denúncia e devolveu o processo à Mesa Diretora da Assembléia para que ela adotasse as providências que julgasse necessárias e legais.

A Mesa da Assembléia pela sua unanimidade, em relatório publicado e lido neste Plenário, entendeu que o processo realmente não deveria ser recebido, portanto acolheu o parecer da C.C.J. e foi mais além, propondo o arquivamento, por conseguinte da matéria, quer dizer parando tudo por aí.

Se este Plenário deliberar, aprovando o parecer da Mesa, o processo de denúncia estará findo, não será recebido por esta Casa, estará evidentemente arquivado. Se por outro lado, a maioria absoluta desta Casa, portanto 28 Srs. Deputados votarem contrários ao parecer da Mesa Diretora, que é favorável por conseguinte ao parecer da C.C.J. e não receber a matéria e de arquivar este processo, se 28 Srs. Deputados forem contrários ao parecer da Mesa Diretora, o processo por conseguinte estará sendo recepcionado pela Assembléia e a partir daí sim, será constituída a Comissão Especial para os procedimentos de julgamento de S. Exa. o Governador.

Aprovado o parecer da Mesa, a denúncia estará arquivada e o processo terminado.

Esses são os esclarecimentos que prestamos a V. Exa.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o artigo 234 do Regimento Interno, no seu parágrafo segundo, determina: "Se, da aprovação do parecer por dois terços da totalidade dos Membros da Casa, resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, na forma do projeto de Resolução".

Consulto esta Presidência se o pará-

grafo segundo corresponde no 234 a 2/3 que daria 36 votos e não 28 como V. Exa. acaba de afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa está seguindo, Deputado Adur o que dispõe o artigo 235 do Regimento:

Do processo nos crimes de responsabilidade do Governador e do vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado.

"Art. 235 - O processo nos crimes de responsabilidade do Governador e do vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado obedecerá às disposições da legislação em vigor".

A Legislação em vigor é a Lei 1.079 e no seu artigo 77, está bem claro, já foi lido em Plenário que a deliberação é por maioria absoluta, por conseguinte 28 Srs. Deputados.

Esta Presidência coloca em votação, em discussão única parecer da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, opinando pelo não recebimento e pelo arquivamento da denúncia formulada por Magistrados do Estado do Paraná, contra a S. Exa. o Governador do Estado Roberto Requião de Mello e Silva.

Os Srs. Deputados serão chamados pelo nosso 1º Secretário, Deputado Anibal Khury e ao serem chamados, levantando-se das suas respectivas cadeiras responderão sim ou não, conforme aprovam ou rejeitam o parecer da Mesa Diretora da Assembléia.

Os Deputados que forem favoráveis ao parecer da Mesa Diretora pelo não recebimento e pelo arquivamento da denúncia, responderão "sim"; os que forem contrários ao parecer da Mesa Diretora deverão responder "não".

Concedo a palavra ao Deputado Anibal Khury, para que processe a Chamada Nominal para a votação dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - Procede a Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Trinta e três (33) Senhores Deputados responderam à chamada para votação.

Trinta e um (31) votaram "sim", portanto aprovando o parecer da Mesa.

Dois (02) votaram "não", rejeitando o parecer da Mesa.

Diante dessa manifestação do Plenário, está aprovado o parecer da Mesa, consequentemente aprovado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

A denúncia contra Sua Excelência, o Governador Roberto Requião, não é recebida, portanto é arquivada por este Plenário e por este Poder Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

226/93 e 401/93;

e do Projeto de Resolução n° 020/93.

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 062/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 044/93, 019/94, 021/94, 023/94, 024/94 e 031/94;

e do Projeto de Resolução n° 003/94.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s

Levanta-se a sessão.